



Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Alvanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 006/97

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a alienar o lote nº 04 do imóvel Barra Grande, situado no Município de Curiúva à João Negrelli e Victor Negrelli.

Data: 26 de fevereiro de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 4, do Imóvel Barra Grande, situado no Município de Curiúva, com área de 111,3040 ha, a João Vilson Negrelli e Victor Negrelli.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.02.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK
Presidente em exercício

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

DA 13ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1997

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró

Curitiba, terça, em 18.03.97

Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Ofício nº 93/97 - G.P.

Curitiba, 17 de março de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei, que cria o Fundo Rotativo no Poder Judiciário, com o objetivo de descentralizar as despesas de manutenção dos Fóruns das Comarcas do Interior do Estado.

Valho-me do ensejo para reiterar meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) HENRIQUE CHESNEAU LENZ CÉSAR
Presidente do Tribunal de Justiça

**ANTEPROJETO DE LEI
DE CRIAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO**

Súmula: Dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no Poder Judiciário, na forma que especifica.

Art. 1º - Fica criado no âmbito do Tribunal de Justiça o Fundo Rotativo, que terá como gestor o seu Presidente.

Art. 2º - O Fundo Rotativo será composto pelas transferências de recursos financeiros do orçamento do Tribunal de Justiça, destinadas à manutenção, pequenos reparos, aquisição de material de consumo e outros gastos correntes de cada comarca.

§ 1º - Ficam vedadas quaisquer despesas de capital e com pessoal.

§ 2º - As despesas praticadas estarão sujeitas às normas de licitação.

Art. 3º - Os recursos do Fundo Rotativo, no âmbito de cada comarca, serão administrados pelo Escrivão do Crime e supervisionados pelo Juiz Diretor do Fórum.

Parágrafo Único - Na comarca onde houver impossibilidade de administração do Fundo pelo Escrivão do Crime, o Presidente do Tribunal de Justiça designará um servidor estável do Poder Judiciário, para a função.

Art. 4º - Os recursos do Fundo serão mantidos em conta corrente única específica e permanente, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. de cada comarca.

Parágrafo Único - O Presidente do Tribunal de Justiça baixará ato disciplinando as aplicações financeiras e seus rendimentos.

Art. 5º - A prestação de contas dos recursos alocados no Fundo Rotativo deverá ser encaminhada ao setor competente do Tribunal de Justiça para parecer quanto ao mérito da execução das despesas.

Parágrafo Único - As normas e os prazos para prestação de contas de que trata este artigo, observado o estabelecido pelo Tribunal de Contas, serão fixados no regulamento da presente lei.

Art. 6º - O Tribunal de Justiça prestará contas dos recursos alocados no Fundo Rotativo ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e prazos legais.

Art. 7º - A presente lei será regulamentada por Decreto Judiciário.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades em manter 149 prédios forenses em condições de utilização, visando o serviço jurisdicional, reflexos da administração concentrada na Capital e ainda a ineficiência dos adiantamentos hoje utilizados para atender pequenas despesas nas comarcas, nos indicam a necessidade de descentralização da administração do Tribunal de Justiça. Dando aos titulares das comarcas

condições de fazer frente a pequenas despesas que ocorrem no dia a dia.

Os recursos para cobrir despesas através do regime de adiantamento até agora utilizados, são nominais e intransferíveis, e seus valores repassados são de pequena monta, não atendendo a nenhum planejamento. São utilizados apenas em casos emergenciais, para cobrir despesas que não possam subordinar-se aos procedimentos normais de aplicação (art. nº 68 da Lei Federal nº 4320, de 17/03/64). Os referidos recursos não são solicitados, tendo em vista os procedimentos rígidos exigidos na sua utilização e na prestação de contas.

Criando o Fundo Rotativo as despesas de pequenos reparos e manutenção dos prédios, combustíveis, lubrificantes, reparos e manutenção de veículos, fotocópias, lanches para jurados, etc., serão atendidas de forma mais rápida, pois correrão a conta de uma única rubrica orçamentária (3.3.90.53.00).

O Fundo Rotativo ora proposto, facilitaria a manutenção do Patrimônio do Estado, otimizando recursos, agilizando soluções e por fim dando condições de uma administração mais eficaz.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, encaminhar a essa Presidência, as indicações dos Parlamentares da Bancada do PMDB, que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa de Leis, na presente Sessão Legislativa, conforme dispõem os Artigos 29 e 31 do Regimento Interno.

São os indicados:

01) Comissão de Constituição e Justiça

Titular	Suplente
José Tavares	Renato Adur
Toti Colaço	Nereu Moura
Caíto Quintana	Orlando Pessuti

02) Comissão de Finanças

Titular	Suplente
José Tavares	Cleiton Kielse

03) Comissão de Orçamento

Titular	Suplente
Durval Amaral	Renato Adur

04) Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular	Suplente
Orlando Pessuti	Nereu Moura

- 05) Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Titular **Suplente**
 Durval Amaral Caíto Quintana
- 06) Comissão de Educação, Cultura e Esportes
Titular **Suplente**
 Renato Adur Cleiton Kielse
- 07) Comissão de Terras, Imigração e Colonização
Titular **Suplente**
 Nereu Moura Sâmis da Silva
- 08) Comissão de Segurança Pública
Titular **Suplente**
 Sâmis da Silva José Tavares
- 09) Comissão de Saúde Pública
Titular **Suplente**
 Cleiton Kielse Orlando Pessuti
- 10) Comissão de Redação
Titular **Suplente**
 Renato Adur José Tavares
- 11) Comissão de Tomada de Contas
Titular **Suplente**
 Caíto Quintana Durval Amaral
- 12) Comissão de Turismo
Titular **Suplente**
 Sâmis da Silva Toti Colaço
- 13) Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Titular **Suplente**
 Cleiton Kielse Nereu Moura
- 14) Comissão de Fiscalização
Titular **Suplente**
 Toti Colaço Caíto Quintana

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo o presente.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir a determinação de Vossa Excelência, no que se refere a indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal para compor a Comissão do MERCOSUL.

Desta forma, indicamos o Deputado Plauto Miró para a indicação de Titular, e da mesma forma a indicação do Deputado Reny Borsatto para Suplente.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, encaminhar a essa Presidência, a indicação dos Parlamentares da Bancada do PMDB, que irão compor a Comissão do MERCOSUL, na presente Sessão Legislativa.

São os indicados:

Dep. Caíto Quintana (Titular);

Dep. Sâmis da Silva (Suplente).

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo o presente.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em consonância ao que estabelece o art. 11 do Regimento Interno, vimos pelo presente indicar os representantes da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) para integrarem as comissões permanentes deste Legislativo para o biênio 97/98, conforme segue:

Nome da Comissão	Titular	Suplente
Const. e Justiça	Florisvaldo Fier	Emerson Nerone
Educ., Cult. e Esportes	Irineu Colombo	Péricles Mello
Saúde Pública	Florisvaldo Fier	Emerson Nerone
Fiscalização	Ângelo Vanhoni	Florisvaldo Fier
Tomada de Contas	Emerson Nerone	Ângelo Vanhoni
Agríc. Ind. e Comércio	Irineu Colombo	Péricles Mello
Terras, Imigr. e Colon.	Irineu Colombo	Florisvaldo Fier
Ecologia e Meio Amb.	Irineu Colombo	Florisvaldo Fier
Obras Públ. Transp. Com.	Péricles Mello	Irineu Colombo
Orçamento	Emerson Nerone	Irineu Colombo
Finanças	Ângelo Vanhoni	Emerson Nerone
Seg. Pública	Emerson Nerone	Ângelo Vanhoni
Redação	Péricles Mello	Ângelo Vanhoni
Turismo	Péricles Mello	Ângelo Vanhoni

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) PÉRICLES MELLO

Líder do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 033/96, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) RENY BORSATTO

REQUERIMENTO Nº 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja solicitado ao Senhor Secretário de Estado da

Fazenda, cópia do processo protocolado sob o nº 2927908/97, referente a pedido de enquadramento ao Programa de Apoio ao Investimento Produtivo - Paraná mais Empregos.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar necessita das informações solicitadas para subsidiar estudos sobre o assunto.

REQUERIMENTO Nº 392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos, de votos de congratulações ao Padre Gustavo Henrique Pereira Filho, capelão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pela passagem do seu cinquentenário de vida religiosa.

Requer ainda, que da decisão do douto Plenário, seja comunicado o próprio homenageado, na Capela da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O dia 19 de março de 1997 marca um dia especial para uma pessoa muito especial para todos nós. Há 50 anos, iniciava seu noviciado, aos 37 anos, o então médico gaúcho Gustavo Henrique Pereira Filho. Depois de uma breve passagem pela Santa Casa de Porto Alegre e Pelotas, foi designado para Curitiba, e pedido de Dom Manoel da Silveira Delboux.

No início, atuou no Movimento Universitário Católico, morando na Casa do Estudante Universitário por 21 anos, sendo capelão da UPE - União Paranaense Estudantil. Foi neste período que o Pe. Gustavo fez amizade com aqueles que seriam os responsáveis pela definição dos destinos do Paraná, como Ney Braga, José Richa, Norton Macedo, entre outros, estendendo seus descendentes.

Como capelão universitário de Curitiba, na Companhia de Jesus, Pe. Gustavo desenvolveu uma reconhecida oratória sacra, brindando aqueles que, nas últimas décadas, passaram pelo Palácio Iguaçu, Assembléia Legislativa e Tribunal de Justiça.

Todos aqueles que, de alguma maneira, conviveram com Pe. Gustavo, sabem que esta é uma justa homenagem a quem sempre pautou sua existência na pregação da fé e na solidariedade

entre seus seguidores. Aos 86 anos, Pe. Gustavo deve servir de exemplo para quem ainda não encontrou seu ideal de vida.

REQUERIMENTO Nº 394

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações à Deputada Estadual Denise Carvalho, do Estado de Goiás, pela proposição de outorga do título de Cidadã Goiana à paranaense Cristina Lopes de Afonso, no dia 07 de março próximo passado, no Plenário Alfredo Nasser.

Requer ainda que seja enviada correspondência à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Alameda dos Buritis, 231, Centro, aos cuidados da Deputada Estadual Denise Carvalho.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Nos anos 80, um episódio doloroso chocou a comunidade paranaense. A estudante de Educação Física da UFPR, Cristina Afonso, sofreu uma dura e definitiva agressão por ciúmes do seu namorado, tendo suas vestes e seu corpo encharcados de álcool e queimados impiedosamente.

O agressor, médico, negando-lhe socorro diante da situação desesperadora, cometia, ali, o segundo crime, o de omissão. Foi condenado pela justiça, sob o intenso clamor popular, principalmente do Movimento Feminista Paranaense e de todo o país. Foi o cirurgião plástico, Ivo Pitanguy, quem, de forma solidária, deu-lhe o socorro pedido pelas mulheres, tratamento que continuou em Goiás.

Cheia de dignidade e apoiada mais uma vez pelas mulheres, Cristina Afonso decidiu enfrentar dois desafios: primeiro pela própria vida, já que 80% de seu corpo foi definitivamente lesado pelas queimaduras, o outro pela denúncia e condenação do seu agressor, que nela viu a figura da mulher a qual ele imaginava deter a posse da vida.

Sua luta teve todo o respaldo da sociedade paranaense.

Passando a residir no Estado de Goiás, Cristina manteve-se sempre na posição de intransigente defensora dos direitos e dignidade da mulher. Postura essa que acaba por lhe

conferir o Prêmio de Cidadã do Estado de Goiás.

Por sua história e sua contribuição para que toda a sociedade passasse a considerar a violência contra a mulher, como um desrespeito aos direitos humanos (ONU - 1995).

Por esses motivos destacamos que Cristina Lopes Afonso é uma paranaense que dignifica a condição da mulher na sociedade.

REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações à paranaense Cristina Lopes Afonso, por sua luta em defesa da dignidade da mulher e dos direitos humanos e pelo recente Prêmio entregue no Dia Internacional da Mulher, proposto e deferido pela Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

Requer ainda o envio de correspondência para o endereço Rua Té, 37, nº 3659, Edifício João Paulo I, apto. 1302 - Setor Branco, 74230-020, Goiânia - GO, aos cuidados de Cristina Lopes Afonso.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Nos anos 80, um episódio doloroso chocou a comunidade paranaense. A estudante de Educação Física da UFPR, Cristina Afonso, sofreu uma dura e definitiva agressão por ciúmes do seu namorado, tendo suas vestes e seu corpo encharcados de álcool e queimados impietosamente.

O agressor, médico, negando-lhe socorro diante da situação desesperadora, cometia, ali, o segundo crime, o de omissão. Foi condenado pela justiça, sob o intenso clamor popular, principalmente do Movimento Feminista Paranaense e de todo o país. Foi o cirurgião plástico, Ivo Pitanguy, quem, de forma solidária, deu-lhe o socorro pedido pelas mulheres, tratamento que continuou em Goiás.

Cheia de dignidade e apoiada mais uma vez pelas mulheres, Cristina Afonso decidiu enfrentar dois desafios: primeiro pela própria vida, já que 80% de seu corpo foi definitivamente lesado pelas queimaduras, o outro pela denúncia e condenação do seu agressor, que nela

viu a figura da mulher a qual ele imaginava deter a posse da vida.

Sua luta teve todo o respaldo da sociedade paranaense.

Passando a residir no Estado de Goiás, Cristina manteve-se sempre na posição de intransigente defensora dos direitos e dignidade da mulher. Postura essa que acaba por lhe conferir o Prêmio de Cidadã do Estado de Goiás.

Por sua história e sua contribuição para que toda a sociedade passasse a considerar a violência contra a mulher, como um desrespeito aos direitos humanos (ONU - 1995).

Cristina Lopes Afonso é uma paranaense que dignifica a condição da mulher na sociedade.

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de louvor em comemoração ao cinquentenário de vida religiosa do Padre Gustavo Pereira Filho, dirigente das capelas dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Rosário, conforme o disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Transcorre no dia 19 de março próximo, o cinquentenário de vida religiosa do Padre Gustavo, na companhia de Jesus, Capelão Universitário de Curitiba.

No dia 19 de março de 1947, aos 37 anos, o então médico gaúcho iniciava noviciado, em Pareci Novo, no Rio Grande do Sul. Feito o chamado noviciado, iniciou os cursos de filosofia e teologia, sendo ordenado aos 29 de novembro de 1957, na Catedral de Porto Alegre, pelo amigo Dom Victor Sartori, então Bispo de Montes Claros, e sendo pregador da missa solene, o falecido Cardeal Vicente Scherer, então Arcebispo de Porto Alegre. Após breve passagem pela capelania da Santa Casa de Porto Alegre e Pelotas, foi designado para Curitiba, a pedido de Dom Manoel da Silveira Delboux, dirigir a JUC, o Movimento Universitário Católico, a Casa do Estudante Universitário, onde morou por 21 anos, Capelão da UPE e professor na Faculdade de Ciências Médicas. Hoje, dirige as capelas do Executivo, Legislativo, Judiciário e Rosário. Orador Sacro apreciado, foram

inúmeros seus alunos, muitos casados por ele, bem como os seus filhos, ocupando posições de destaque nos meios políticos, e que certamente irão abraçá-lo no dia da missa.

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Doutor Sinval Zaidan Lobato Machado, pela homenagem recebida do Centro de Integração Empresa-Escola/CIEE/PR, com o seu nome sendo incluído na galeria dos Presidentes Eméritos daquela entidade.

Requer, também, que do presente se dê ciência ao homenageado, por meio de correspondência a ser remetida para a Alameda Princesa Izabel, 1223 - ap. 81 - CEP 80730-080.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Sinval Zaidan Lobato Machado, que presidiu o Centro de Integração Empresa-Escola/CIEE/PR entre os anos de 92 a 94, batalhou pelo crescimento da entidade, com o objetivo de que fosse atingida plenamente a sua missão de agente integrador na preparação dos jovens estudantes para a vida profissional.

Nesse sentido, implantou uma filosofia de trabalho, contribuindo para a expansão dos convênios de estágio em todo o Estado do Paraná.

Uma das notáveis iniciativas de sua gestão foi, também, a criação da Associação dos Funcionários do CIEE/PR, beneficiando a todos que trabalham na entidade.

Diante do exposto, o Doutor Sinval Zaidan Lobato Machado faz jus ao pedido que ora requeremos.

REQUERIMENTO Nº 393

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado de Planejamento, Dr. Rafael Greca de Macedo, no sentido de que sejam implantados os núcleos das diversas Secretarias em Laranjeiras do Sul, sede da Cantuquiriguaçu.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em 1995, foi promulgada a lei que criou a vigésima região administrativa do Paraná, com sede em Laranjeiras do Sul. A Cantuquiriguaçu, congrega os municípios banhados pelos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu, daí a denominação. Na verdade, são comunidades com identidade comum. Quase que os mesmos problemas que habitam um município se encontram no outro. Havia, portanto, razões de sobra para a criação da região em tela.

Por outro lado, há que se acrescentar ainda a total carência de infra-estrutura na região, sem falar na enorme distância em relação a outros grandes centros. Laranjeiras do Sul, que já foi capital do antigo território federal do Iguaçu, destaca-se hoje no cenário paranaense, como um município vocacionado ao progresso e desenvolvimento.

Far-se-á justiça plena a implantação dos núcleos das Secretarias do Governo, aproximando-o da população. A Cantuquiriguaçu já existe de fato e de direito, o que se requer é a estruturação da região administrativa. Inclusive, é necessário enfatizar que o próprio governador Jaime Lerner, quando em campanha eleitoral, comprometeu-se publicamente em tornar realidade essa antiga aspiração da população do médio e Centro Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de Mini Terminal Rodoviário no Município de Guamiranga.

Trata-se de município novo, recém criado, sem infra-estrutura suficiente para atender a população, estando em sua primeira administração, necessita de um carinho especial por parte do governo estadual.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Rafael Bernardo Delly, Secretário de

Estado da Secretaria Especial da Política Habitacional - COHAPAR, solicitando a construção de 30 unidades habitacionais pelo Sistema Vila Rural, no Município de Mallet.

Há uma luta do Governo do Estado e dos Municípios em conter a freqüente evasão do homem do campo, que, em busca de melhores oportunidades, acabam por engrossar o número de favelados nos grandes centros.

Uma das formas de se combater esta evasão é a fixação do homem ao campo, propiciando moradia e trabalho através da Vila Rural.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 404

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Segurança Pública, para que o mesmo determine o afastamento do Delegado de Polícia ("Calça-Curta") do Município de Borrazópolis, Sr. Abel Félix Rodrigues, a fim de que seja apurada a veracidade de violência praticada pelo mesmo contra o Sr. Marins Vieira de Almeida, violência esta ocorrida no último dia 11 do corrente, ocasião em que o Delegado Abel, numa demonstração clara da falta de preparo para exercer a função, agrediu e espancou de forma covarde o cidadão Marins Vieira de Almeida, aplicando-lhes violentos golpes, utilizando-se de uma escopeta, provocando ferimentos e diversos hematomas na vítima, conforme laudo de exames de lesões corporais, cuja cópia encontra-se em anexo, elaborado pelo Departamento de Polícia Civil - Delegacia de Faxinal.

Requer ainda, seja enviada cópia do presente ao Procurador Geral de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) EDSON LINO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 090/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar em cada Delegacia de Plantão a estrutura da Polícia Civil do Paraná, um cargo de

Assistente Social, um de Advogado e um de Psicólogo.

Parágrafo Único - Os profissionais para ocupação dos cargos deverão estar inscritos em seus respectivos órgãos de classe.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei num prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

À medida em que o indivíduo se transforma, a sua lei também é transformada. As unidades básicas de execução do Sistema Policial do Estado contam em sua estrutura com pessoal treinado para a recepção dos presos (pessoas com problemas) e encaminhamento de acordo com as devidas sentenças. Destaca-se daí a inexistência quase que total de mecanismos de prevenção e acompanhamento profissional que leve o indivíduo a sua superação da problemática envolvida, bem como um amadurecimento para a convivência, em sociedade, pelos valores educacionais e de virtude não pela força desagregante com que procuram conquistas sem espaços.

Com o amadurecimento de cada indivíduo, se realiza também o amadurecimento da coletividade, da qual o homem é a primeira e mais sólida base.

Junte-se a isto que a atuação de profissionais com habilitação específica muito contribuirá para a reabilitação de detentos, bem como poderá recolocá-los na comunidade integrando-os mais adequadamente à vida social.

PROJETO DE LEI Nº 091/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a isentar, a partir desta data, o pagamento de taxa de movimentação/manutenção de conta corrente, todos os funcionários públicos do Estado do Paraná que possuam conta corrente no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, na qual é creditada a sua remuneração proveniente do Governo do Estado.

Parágrafo Único - Serão atendidos com esta medida funcionários públicos estaduais da ativa e inativos.

Art. 2º - As demais taxas cobradas por outros serviços oferecidos pelo Banco serão cobradas conforme orientação do Banco Central.

Art. 3º - Caso haja desligamento do correntista do serviço público, a isenção da taxa de movimentação/manutenção de conta corrente será suspensa e a partir da data do desligamento a taxa será cobrada normalmente.

Art. 4º - O funcionário público que estiver em licença sem vencimentos não terá direito a isenção tratada no Art. 1º.

Art. 5º - As contas correntes conjuntas na qual um dos titulares for funcionário público estadual e receber sua remuneração através desta conta corrente, terá a isenção mencionada no Art. 1º da presente lei.

Art. 6º - Caso o correntista, funcionário público estadual, tenha mais de uma conta corrente, terá direito a isenção somente na conta em que for creditada a sua remuneração, as outras contas sofrerão o desconto da taxa movimentação/manutenção.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura justifica-se, levando-se em consideração que todo funcionalismo público estadual recebe seus salários através de crédito em conta corrente em agência do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO. Portanto, o funcionário fica obrigado, independente de sua vontade, a manter conta aberta no BANESTADO, pois caso contrário não poderá receber a remuneração devida por seu trabalho. Nada mais justo, então, que sejam isentados das tarifas referidas que incidem sobre suas contas correntes.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 092/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Famílias Unidas de Loanda - AFUL, com sede e foro na Cidade de Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, é uma sociedade sem fins lucrativos, que visa o desenvolvimento e bem estar comum do povo loandense. Objetiva prestar assistência social aos seus assistidos, num trabalho de amparo e formação procurando despertar a consciência e a dignidade da pessoa humana.

PROJETO DE LEI Nº 093/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na Cidade de Rolândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Voluntárias de Caridade de Rolândia, é uma sociedade civil criada sem fins lucrativos, com objetivo de prover recursos para o desenvolvimento de programas de atendimento destinado a crianças e adolescentes, além de organizar a participação por parte da sociedade civil em estudos, acesso e divulgação cultural, portanto, claramente voltado ao interesse comunitário.

Além dos recursos arrecadados junto à sociedade, através de promoções, a Associação depende de captação junto a órgãos públicos e, para habilitar-se, necessita ser declarada de Utilidade Pública, razão por que submeto o presente projeto de lei à apreciação desta Casa e conto com a sua aprovação pelos nobres Parlamentares.

PROJETO DE LEI Nº 094/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de pneus importados semi-novos ou meia-vida, reconicionados e reformados no território do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Há algum tempo, a Europa, os Estados Unidos, o Japão e a Coréia vêm exportando pneus chamados de "semi-novos ou meia-vida, reconicionados e reformados", para a comercialização nos Estados do Brasil, inclusive para o Paraná, sem nenhum controle de qualidade ou critério de segurança.

Na última pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Segurança no Trânsito - INST, foram testados cerca de 120 pneus, apresentando o seguinte resultado de rejeição:

- 94% (noventa e quatro por cento) de segurança precária;
- 85% (oitenta e cinco por cento) de avaria ou irregularidade de natureza grave ou muito grave.

Conforme o INST, o elevado índice de defeitos, a falta de critério de quem vende e a desinformação de quem compra, comprometem gravemente a segurança do veículo, dos passageiros e da carga, e afirma que as pessoas que compram pneus usados importados estão subestimando os riscos que vão enfrentar.

Portanto, a intenção desta proposição em tela, é unicamente zelar pela segurança dos motoristas, passageiros e familiares que vivem no nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 095/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua

entre Estado e sociedade. Essa cooperação torna-se necessária, já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades precípua dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtém experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 096/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e sociedade. Essa cooperação torna-se necessária, já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades precípua dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtém experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 097/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia de Amparo ao Idoso no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado o dever de prestar assistência social às pessoas idosas. Contudo, essa responsabilidade é mútua entre Estado e sociedade. Essa cooperação torna-se necessária, já que o Estado possui os meios concretos para a realização desta tarefa e a sociedade é o canalizador das necessidades precípuas dos idosos.

Como dispositivo constitucional a assistência social será prestada em conjunto entre Estado, sociedade e família, dando amparo aos idosos, assegurando-lhes participação, assim como, integração na comunidade.

O idoso não deve ser visto como peso morto para a sociedade. Uma sociedade consciente valoriza seus membros mais idosos, pois deles obtém experiência e sabedoria que só a vivência pode fornecer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 098/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Costa Oeste a rodovia PR-497, que liga os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de importante via de ligação entre os Municípios de São Miguel do Iguaçu e Guaíra, conhecida por NZ1 e atualmente denominada de PR-497 pelo Plano Rodoviário Estadual.

Entendemos oportuno denominá-la de Costa Oeste, em razão do Projeto Estadual de mesmo nome que vem sendo desenvolvido pelo Poder Executivo na região oeste, visando proporcionar estrutura aos municípios integrantes do projeto, proporcionando-lhes condições de um maior incremento das

atividades turísticas e outros benefícios que certamente os colocará em destaque no cenário nacional e internacional.

PROJETO DE LEI Nº 099/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social Municipal de São Pedro do Iguaçu, com sede e foro no Município de São Pedro do Iguaçu, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.97.

(a) ÉLIO LINO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura é feita em vista dos altos propósitos sociais a que se destinam esse órgãos denominados "PROVOPAR no Estado do Paraná".

Os resultados de ações são publicamente conhecidos e reconhecidos, por isso, nada mais justo do que declará-los de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Por solicitação do Deputado Péricles Mello, tem sobre a mesa requerimento que a Presidência já deferiu, a ser ocupado o Pequeno Expediente desta tarde, por dois representantes: um dos Senhores, professor, e o outro, servidor da instituição de ensino e das faculdades isoladas deste Estado.

É com satisfação que concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao ilustre Professor José Mário Angeli, para que da tribuna ocupe e exteriorize o pensamento dos Senhores Professores Universitários.

O SR. JOSÉ MÁRIO ANGELI - Nós, representantes das entidades de ensino superior paranaense estamos acampados em frente ao Palácio do Governo, com um único objetivo: que o Senhor Governador Jaime Lerner abra uma audiência para essas entidades, a fim de que ele esclareça qual é a sua política, com relação ao ensino de 3º grau. Várias tentativas foram feitas, e no entanto, sem nenhum resultado. Por isso, decidimos vir a este acampamento.

Como os Senhores sabem, é público e notório que existem vários projetos que estão para ser votados.

Certamente os Senhores têm conhecimento. Mas, no entanto, nós da comunidade acadêmica não temos nenhum conhecimento do que vem a ser o chamado projeto de autonomia financeira.

É público, também, que os Senhores têm conhecimento do chamado Projeto de Carreira, que foi altamente discutido e aprovado em todas as instâncias da universidade e que se não está nesta Casa, está nas mãos do Senhor Governador, e que é de consenso da comunidade, e até hoje não foi aprovado. É público que este projeto recompõe as perdas dos trabalhadores. E é bom que se diga que o projeto atual, hoje no interior da universidade, temos trabalhadores que ganham R\$ 141,00, e do qual existe uma forte campanha, no interior da universidade, para que se faça a cesta básica, e que dêem a esses trabalhadores. Isto é inconcebível, porque temos uma universidade que tem como função desenvolver o ensino, o conhecimento, a extensão e a pesquisa.

Não bastasse isso, temos amplamente discutido, com consenso, através da comunidade científica acadêmica, o art. 205, que de uma forma ou de outra, vem aliviar a questão das universidades, e até hoje também não foi aprovado.

Mas não é isso! O que é grave, Senhores, é que temos, ao longo do ano de 1996, dívidas trabalhistas, e essas dívidas não foram saldadas, e é preciso que se pague. Porque, do ponto de vista da Justiça, não temos mais o que fazer. Os precatórios virão satisfazer, ao menos, tirar os professores e os trabalhadores de suas angústias econômicas. E é bom que se diga que temos professores no interior, da carreira, que começam trabalhando com R\$ 580,00. E pergunto aos Senhores: qual é a qualidade de ensino que esses professores difundem? Não bastasse isso, doutores que ganham R\$ 1.400,00!

Ora, Senhores, esses professores ficarão no interior da universidade? Se não ficam, para onde eles vão? E se eles estão saindo da universidade, que tipo de desenvolvimento estamos construindo nas nossas regiões?

E é por isso, Senhores, que estamos aqui. Estamos aqui para que se abra um canal de negociação com as entidades representativas do ensino superior. Neste sentido, pedimos a colaboração dos Senhores, até porque entendemos a força política que os Senhores têm, podem pressionar o

Governo para que, de fato, abra um canal com as entidades superiores e cheque, realmente, o que é que está acontecendo nas universidades. Porque temos ouvido falar, da parte do Governo, que a folha de pagamento tem subido assustadoramente. E tem, sim Senhor. Têm universidades que dobraram a folha de pagamento, mas não com salário de professores.

Ora, é preciso que tenhamos um mínimo de coragem para levar avante esses projetos, e esses projetos têm que ser discutidos no interior do categoria.

Estamos, neste sentido, pedindo encarecidamente essa audiência com o Senhor Governador, para que ele nos esclareça, porque desde que ele foi eleito, nunca falou a palavra "universidade", e no entanto, sabemos que ele trocou o seu projeto social de educação e saúde por mega-projetos, certamente que não deverão trazer benefícios, do ponto de vista da universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de conceder a palavra a outro representante dos Senhores servidores, é com satisfação que esta Mesa Executiva anuncia em nosso meio a presença, em nome do ilustre João Techy Filho, de Canderoy M., Osmário Batuta, Mário Clin, Maria Betorase e Antonio Voski, todos Vereadores do Município de Prudentópolis, bem como da presença do vice-Prefeito José S., de Ivaí, e ainda, do Vereador que o acompanha, Monfron.

Concedo a palavra ao servidor Itamar André Rodrigues Nascimento, nosso companheiro dessa batalha do quadro dos senhores servidores.

O SR. ITAMAR ANDRÉ RODRIGUES NASCIMENTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, convidados, companheiros das universidades.

Primeiramente, agradecemos o espaço aberto nesta Casa, para trazermos aqui os problemas que estamos enfrentando nas nossas universidades, nas nossas faculdades.

O nosso companheiro, professor José Mário, já fez uma explanação resumida, das grandes questões que se encontram no Poder Executivo, e que precisam com urgência ser trazidas a esta Casa, para apreciação e votação, no que diz respeito à autonomia universitária e aos quadros de carreira.

Estamos acampados, Senhores Deputados, em frente ao Palácio do Governo, um grupo muito grande de servidores, professores e alunos, vindos de todas as entidades, todas as universidades e faculdades, decidiram por esse acampamento, pela seguinte razão: a maior reivindicação atualmente, diz respeito a implantação dos quadros de carreira de professores e funcionários do ensino superior.

Para os Senhores terem uma idéia, o projeto de lei, o anteprojeto de lei que cria os quadros de carreira do ensino superior, já está tramitando no Poder Executivo há mais de 2 anos. Durante todo esse período, ele passou pelos pareceres de todas as Secretarias de Estado, inclusive, o parecer da Secretaria da Fazenda, que calculou o impacto financeiro, o quanto custaria a implantação desse quadro de carreira nos cofres do Estado, e apontou o impacto mínimo.

Teve também o parecer da Procuradoria Geral do Estado, que não fez objeções para remeter o projeto aqui nesta Casa. De forma que, em outubro do ano passado, no dia 10 de outubro, em reunião com a Casa Civil e as entidades sindicais do ensino superior, tivemos, fomos informados pelo Chefe da Casa Civil, Dr. Giovani Gionedis, que o nosso projeto do Quadro de Carreira do Ensino Superior havia sido aprovado no âmbito do Conselho Estadual de Política de Pessoal. Faltava, tão somente esse projeto ser remetido para a Assembléia Legislativa para votação, e o compromisso daquele Secretário, que seria de remeter os projetos no dia 7 de janeiro, no início dos trabalhos do período extraordinário desta Casa.

No entanto, chegamos ao dia 7 de janeiro e não foi enviado esse projeto, passou todo o período extraordinário e não tivemos o projeto aqui na Assembléia.

Depois, o Secretário estipulou outra data, no dia 17 de fevereiro, quando esta Casa haveria de retomar o seu período ordinário. Estivemos aqui no dia 17, estava presente a Governadora em exercício Emilia Belinati, encontramos o Sr. Gionedis nos corredores e indagamos a ele, se o projeto chegaria nesta Casa. E ele nos disse, naquela ocasião, que seria remetido no dia 24 de fevereiro. Estivemos aqui no dia 24 de fevereiro e o projeto não estava aqui. Depois, numa reunião que houve com os reitores e com a vice-Governadora, com a presença do Secretário, eles se

comprometeram de no dia 28 de fevereiro, fazer uma reunião com os reitores, com o governo, para elaborar a proposta de autonomia e também de quadro de carreira, chegar a uma definição, e finalmente remeter para a Assembléia.

No entanto, Senhores Deputados, no dia 27, na véspera dessa prometida reunião, um fax, que saiu da Secretaria de Ensino Superior, assinado pelo Diretor Geral da SEC, Dr. Marcos Lacerda Pessoa, para os reitores, nesse fax esse diretor cancela a reunião e não deu justificativas do cancelamento, tampouco estipulou outra data para a negociação.

De forma que, Senhores Deputados, estamos cansados de esperar essas promessas, essas datas para o envio, e não cumpridas. Os servidores decidiram, então, fazer esta manifestação, hoje, em frente ao Palácio do Governo, e alertar os Senhores Deputados que essa é apenas a primeira de uma série de manifestações que estão por vir, que já foram decididas pelas entidades sindicais, e que deverão acontecer até o mês que vem.

Queremos, com esse acampamento, que o Governador Jaime Lerner, receba uma comissão representativa das entidades, para darmos uma definição a estas grandes questões, principalmente, o que diz respeito aos projetos de quadro de carreira.

O projeto de Quadro de Carreira, Senhores Deputados, vai trazer grandes benefícios aos servidores, funcionários e professores, há um ano e meio sem reajuste. Há um ano e meio com os seus salários defasados. Professores estão indo embora das universidades, em busca de melhores salários, estamos perdendo professores altamente qualificados, funcionários estão no quadro de desmotivação total. Temos funcionários - e não é exagero, falar aqui - na nossa Universidade Estadual, à beira de passar fome, que não pagam sequer um talão de água, um talão de luz, que está com a prestação da casa própria atrasada, porque está trabalhando há mais de quinze anos na universidade e não recebe nem R\$ 200,00 por mês, e o quadro de carreira, a solução não vai resolver 100%, mas vai amenizar significativamente.

Então, Senhores Deputados, fazemos um apelo aos Senhores, para que juntem-se a nós nessa luta.

Estamos com o acampamento aqui, e pretendemos ficar, até que o Governador nos receba, e precisamos da força política dos Senhores, para interceder junto ao Governador, para irem conosco. Estaremos ali à disposição, qualquer Deputado que se predisponha a vir conosco e tentar uma audiência com o Governador, para definirmos isso.

Então, Senhores Deputados, fazemos esse apelo. Gostaríamos que os Senhores viessem conosco nesta luta, porque se definirmos esta questão dos Quadros de Carreira e da Autonomia Universitária, os Senhores, por um grande tempo, não verão este Palácio ser o palco de grandes manifestações do ensino superior, como vem acontecendo desde o ano passado.

Então, Senhores, queremos este apoio. Agradecemos de antemão este espaço, e pedimos e apelamos para que os Senhores juntem-se a nós nesta luta.

Ajudem-nos a salvar as nossas universidades!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros e companheiras das universidades do nosso Estado.

Recentemente a imprensa paranaense divulgou o fechamento de uma clínica psiquiátrica de União da Vitória, chamada Clínica Médica H. J. Ltda., cujo diretor clínico é o Dr. Hans H. Jacob.

Senhores Deputados, no mês de janeiro, a convite da Vigilância Sanitária daquele município, visitei a referida clínica. Fiquei tão indignado, tão assustado com a situação, que comuniquei o Conselho Regional de Medicina, para fazer uma visita fiscalizatória da referida clínica.

Chamo a atenção dos Senhores, porque vou ler parte do relatório feito pelo Conselho Regional de Medicina, que acabou pedindo o fechamento da clínica. É uma clínica privada, de caráter filantrópico, que não apresentava nenhuma condição de ética médica. Não tinha condição de ética disciplinar, não tinha comissão de revisão de prontuário médico, e não tinha comissão de revisão de óbitos.

No dia da visita, 52 pacientes internados. Número de médicos: 1.

Número de enfermeiras: nenhum. Auxiliares de enfermagem: nenhum. Três auxiliares estagiários. Técnicos de enfermagem: 1 somente. Assistentes sociais: 1. Clínica psiquiátrica sem psicólogo, sem terapeuta ocupacional, sem farmacêutico, sem bioquímico, e sem nutricionista. Este era o corpo técnico-científico da referida clínica. Um médico e nada mais. Não tinha nessa clínica, central de esterilização. Não tinha farmácia, e trabalhava com medicamentos, todos de controle. Não tinha nenhum laboratório. Sendo uma clínica psiquiátrica, nenhum eletroencefalograma tinha, para poder diferenciar se o paciente sofre de algum distúrbio mental, ou se tem alguma lesão cerebral, ou sintomatologia semelhante.

Serviços terapêuticos em psiquiatria: somente uso de medicamento e contenção química medicamentosa ou por faixa, ou seja, amarravam os pacientes, como presenciei, sobre o leito, de maneira incorreta, sendo que um deles apresentava hematoma num membro superior, por estar amarrado incorretamente.

Serviços gerais: não havia nenhuma normatização na lavagem de roupa. Não tinha coleta de lixo seletiva. Todo lixo hospitalar ou orgânico era misturado.

Senhores Deputados, os prontuários médicos não são preenchidos adequadamente, com história clínica, evoluções diárias, observações médicas. Todos esperamos um prontuário médico preenchido adequadamente, com história clínica, com evolução diária e outras observações. Nessa clínica, não existe.

As enfermarias, todas com cinco camas tipo beliche. O banheiro não tinha toalha, sem papel higiênico e sem sabonetes. Uma lata de refrigerante era usada como caneca, sobre a pia. Todas essas enfermarias estavam repletas de moscas e mal cheirosas. Os lençóis e fronhas dos travesseiros: rasgados e mal cheirosos, e o espaço de circulação, insignificante.

O único isolamento, que era único, com pacientes deitados, e no mesmo isolamento três pacientes do sexo feminino e um do masculino, sobre os leitos. Não havia nem a separação das enfermarias em masculina ou em feminina.

Encontrava-se sobre a mesa onde estavam os prontuários médicos, uma escala, que era a escala de plantão para o atendimento dos doentes que lá estavam internados, e nesta escala estavam escalados 14 pacientes que cuidariam dos demais.

Estes são os crimes cometidos na área de saúde do nosso Estado. Clínica esta que funcionava há mais de 6 anos, e nenhum Secretário de Saúde mandou fechar, ou teve a coragem de fazer uma fiscalização decente, observando as necessidades que tem que ter uma clínica dessas, as necessidades técnicas que ela não cumpria.

Os plantões noturnos eram dados por pacientes em recuperação, que ficavam observando os demais, e faziam nestes a medicação, e mais, o fichário clínico não tinha a letra do médico, todas as prescrições eram feitas por pacientes, toda a medicação feita por pacientes, e aí, o que ocorreu é que na Cidade de União da Vitória, este Parlamentar, por ter pedido a vistoria no hospital, a fiscalização, tem sido muito criticado. É porque, provavelmente, a população jamais tinha colocado o pé dentro deste hospital, por felicidade dela, porque aquele que está lá, entrava e se tornava escravo químico do dono da clínica, porque se antigamente se usava o chicote para fazer a opressão e a repressão, atualmente o medicamento, os produtos químicos são mais potentes para fazer a repressão, tanto é que dentro desta clínica tinha duas pequenas - que poderiam chamar, entre aspas - microempresas, uma que produzia produtos sanitários, e a outra, uma serralheria, com nenhuma das pessoas que lá trabalhavam, sendo registradas, e assim sendo todos eles lá internos, tomando medicamentos.

Esta era a situação desta clínica. No pátio externo, para uso de 52 pessoas, havia apenas um banheiro, tanto para homem, quanto para mulher, e em péssimas condições de higiene. E na hora em que ele estava sujo, quem ia limpar, era uma mulher que está lá internada em tratamento médico.

A sala de limpeza, com produtos elaborados na clínica, ou seja, o material era depositado ali mesmo, na clínica, dentro de garrafas com o rótulo de Coca-Cola, Fanta ou Sprite. Tinha produtos tóxicos e era um hospital psiquiátrico, podendo induzir ao consumo destas drogas, destes produtos químicos, que eram para a limpeza e poderiam, por engano, ser consumidos.

E mais, no chamado almoxarifado desta clínica, com acesso aos pacientes, uma lata enorme de Jimo-Cupim lá exposta. Jimo-Cupim, Senhores Deputados! Sabem a toxicidade que tem, é o Pó da China, o conhecido Pó da China.

O plantonista, ou recepcionista do hospital, quando lá chegou a fiscalização, e eu estava junto, é encarregado de prescrever e posteriormente riscar os horários em que foi dada a medicação, e se houverem ocorrências clínicas ou psiquiátricas, ele faz o primeiro atendimento, e avisa o médico por telefone, só que este está em tratamento psiquiátrico, este que faz o primeiro atendimento, este que comunica o médico, caso ele não consiga resolver, porque não tinha nenhum outro funcionário nessa clínica. O recepcionista é ex-interno, e faz escala de 12 horas.

Não há ficha de evolução de nenhum doente, e tão somente a anotação do internamento, que não é feito pelo médico.

Profissionais de terapia de apoios ocupacionais. Não há na clínica nem psicólogo, nem terapeuta, nem enfermeiro, nem farmacêutico, nem dentista, nem nutricionista. Os internos exercem algumas atividades laborativas, entretanto, sem nenhuma orientação ou diretriz.

A conclusão a que chegou o fiscal do Conselho Regional de Medicina, é que as camas, tipo beliche, é temerário, e talvez proibitivo em se tratando de clientela psiquiátrica. O espaço físico da enfermaria, e entre as camas, é insuficiente para circulação das pessoas. A clínica possui apenas um funcionário remunerado, que é a assistente social, três estagiários atendentes de enfermagem e o médico psiquiátrico. Os demais componentes do quadro, exercem suas atividades sem remuneração, ou pelo menos registro, em troca de alimentação, vestes e moradia, sendo em sua maioria ex-internos recuperados que passaram a colaborar, entre aspas, com a instituição.

Estes colaboradores exercem as atividades de recepção, enfermagem, limpeza, preparo dos produtos de limpeza, de esquadria, cozinha e lavanderia. Ou seja, lá, quem entrar, geralmente levado pela polícia que tirou de circulação aqueles que estavam incomodando a sociedade da cidade, daquela região.

Conversei com um senhor que estava lá internado, e ele disse para mim o seguinte: moro numa chácara, e vim para a cidade receber a minha aposentadoria. O Banco já estava fechado. Fui até um bar e tomei umas pingas. A polícia me pegou, me trouxe para cá e faz um mês que estou aqui, e nem a minha família sabe que estou aqui.

E conversando com outros internos, a maioria foi levada para lá pela Polícia Militar, e a maioria a família não sabia que eles estavam internados neste hospital psiquiátrico, porque não tinha funcionário, nem para visitar as pessoas.

Aqueles que atuam na recepção, e ao mesmo tempo na enfermagem, é lógico que não tinham nenhum treinamento.

Quanto ao atendimento individual dos pacientes lá internados, não há porque, não é feito nenhum exame clínico quando do internamento. Quando os pacientes lá chegavam, eram recolhidos, e nem um exame clínico era feito nesses pacientes, porque não há registro em nenhum prontuário desses pacientes. E não se faz nenhum tipo de terapia ou de terapêutica individualizada, quer química, quer ocupacional, até porque não há profissionais para fazer isso.

Após a alta desse hospital, não havia nenhum tipo de encaminhamento ambulatorial. O paciente que saía de lá não tinha atendimento do seu quadro clínico, para verificar a sua recuperação ou não. Quanto ao prontuário médico, ele é incompleto. Não há registro de exame clínico, anamnese detalhado ou exame mental completo. No prontuário não é feita nenhuma anotação em relação a evolução do paciente, e nem os dados que autorizam a alta médica. Não é o médico quem escreve as prescrições na ficha própria. Há prontuários sem identificar a enfermagem e a cama do interno, e em nenhum dos vistoriados encontrava-se a assinatura do médico, e há alguns sem diagnóstico, e no entanto o paciente lá internado.

Nesse hospital não havia psicoterapia individual e nem de grupo. Apenas reuniões com os Alcoólicos Anônimos, para os alcoolistas. Não há acompanhamento multidisciplinar, nem diversidade de métodos ou técnicas de apoio terapêutico ou atividades socioterápicas.

Afirma o documento aprovado pelo Conselho Regional de Medicina e

assinado pelo fiscal que lá esteve, esse hospital exerce o papel de simples depositário do doente em fase aguda, funcionando como um órgão para retirar de circulação aqueles que incomodam os padrões sociais dos normais. Não percebemos a preocupação com os direitos básicos de cidadania, pois o local, pela falta de higiene já descrita, não há privacidade e há até banheiro que serve concomitantemente homens e mulheres. As enfermarias masculinas e femininas estão no mesmo corredor, lado a lado.

Constatada essa dramática realidade, essa situação, que deve ter feito milhares de vítimas na região, porque aquele cidadão, aquela cidadã que lá entrava, provavelmente ao sair dali, jamais seria a mesma pessoa. Carregará para o resto da sua vida as marcas deixadas por esse tipo de atendimento médico, num Estado como o Paraná, aonde se sucedem discursos após discursos de vários Secretários de Saúde, e todos eles tendo a Vigilância Sanitária sobre o seu controle.

Nenhum foi lá para fechar esse hospital. Precisou o Conselho Regional de Medicina registrar essa barbárie e encaminhar esse documento ao Ministério Público, com as seguintes recomendações: 1) interromper novas internações, enquanto não tiverem sido sanadas as irregularidades apontadas no relatório; 2) promover a alta imediata dos pacientes que tenham condições e possam ser tratados ambulatorialmente, avaliado por psiquiatras designados pela Secretaria de Estado da Saúde; 3) transferir aqueles pacientes que ainda não tenham condições de alta, para outros hospitais psiquiátricos.

Dos 52 pacientes, 8 foram encaminhados, os demais receberam alta. O que prova que estavam lá como fonte de exploração, servindo de escravo para o Doutor Hans, dono dessa clínica.

Naquela região, alguns segmentos da sociedade, dos meios de comunicação, começaram a criticar o Prefeito da cidade, o companheiro Pedro Ivo, prefeito eleito nas últimas eleições pelo Partido dos Trabalhadores. Começaram criticar este Deputado, por lá estar, junto com o CRM e ter constatado essa barbaridade, sem no entanto conversar com os pacientes que lá estiveram, para saber se quando saíram, saíram melhor do que o dia que lá entraram, para saber qual era a qualidade do atendimento que

receberam, para saber se lá dentro desse hospital tinham o seu direito de cidadão respeitado, ou lá, simplesmente eram escravos.

Hospitais como esse, ou semelhantes a esse, ou muito próximos a esse, existem as dezenas no nosso país. Essa mesma legislação já aprovou um projeto de lei de nossa autoria, na qual estabelece a obrigatoriedade da dessocialização progressiva desses pacientes, e que cabe à Secretaria de Estado da Saúde executar esse projeto na prática. E até agora nada foi feito realmente, somente uma Prefeitura, após a aprovação desse projeto de lei, cumpriu o estabelecido nela, que coincidentemente é a ex-administração de Londrina, como Secretário de Saúde, o Silvio Fernandes e o Cheida, prefeito.

Infelizmente, parece que essas práticas continuarão enquanto a Secretaria de Estado da Saúde não atuar. Obriga o artigo 11 desta lei, que o Ministério Público deve periodicamente fiscalizar os hospitais psiquiátricos do nosso Estado, para verificar as condições de internamento, pois feita a matéria tornada pública, disse a Dra. Rosana, do Ministério Público, que se a lei fosse cumprida, e o Ministério fosse fiscalizar os hospitais psiquiátricos do nosso Estado, fecharia todos, porque nenhum deles respeita o direito mínimo de cidadania dos seus pacientes. Porque nenhum deles atende 100% às necessidades, não são nem os direitos dos pacientes, vítimas de sofrimento mental.

Vige no nosso país uma lei que estabelece, que dá direito a alguns cidadãos, de compulsoriamente internar outros. E essa lei tem sido rigidamente cumprida, este artigo tem sido rigidamente cumprido pela Polícia Militar do nosso Estado, que compulsoriamente recolhe pessoas, que eles não desejam ver nas ruas, porque tornam a cidade mais feia ou porque é diferente, ou porque não serve aos olhos da sociedade local, interná-los nesses tipos de hospitais. E lá, jogados no gueto, servem para o lucro de alguns poucos, que infelizmente, ainda permanecem neste Estado.

Espero que esse tipo de coisa não se repita. E conclamo à Comissão de Saúde, que logo elegerá o seu Presidente, a visitar todos os hospitais psiquiátricos neste Estado, e aonde constatar irregularidades, que encaminhe ao Ministério Público, como fez o Conselho Regional de Medicina, a

denúncia para verificar se os direitos dos cidadãos estão sendo respeitados ou não. Porque não é possível que no final do século XX, ainda existam manicômios para tirar os chamados degenerados ou aqueles que a sociedade degenera, como culpados fossem da situação, quando são sempre, no mínimo, vítimas dessa sociedade. Vítimas, antes de chegar num hospital psiquiátrico. E vítimas dentro da maioria desses hospitais psiquiátricos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

A Mesa registra a presença do Dr. Nelson Lins, Diretor do Departamento Nacional da Defesa do Consumidor, que está em visita a esta Casa. O ex-Prefeito de Ivaí, Eduardo Graniska, o atual vice-Prefeito, Jorge J., Vereador Everaldo Manfron, membro do PDT, Hilário Salvador N..

PDT com a palavra.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa, um ato público que ocorreu entre Irati e Rebouças, na sexta-feira, agora, dia 14, onde a comunidade de Riozinho e de Engenheiro Gutierrez, e também parte de Rebouças, fecharam aquela rodovia em sinal de protesto pelas mortes e acidentes que têm ocorrido lá, semanalmente. Esteve presente o Gerente Regional do DER de Ponta Grossa, que assumiu compromisso com a comunidade de Irati, que dentro de 50 dias iniciará aquela obra.

Portanto, fica registrado aqui este protesto daquela nossa comunidade, e o chamamento dos Senhores Deputados, do Sudoeste, e Oeste do Paraná, porque Irati está se preparando também para fechar a BR-277, entre Irati e Relógio, tendo em vista o estado de calamidade pública que ela se encontra atualmente.

Senhor Presidente, queria aproveitar, também para saudar os estudantes, os professores universitários, e dizer que contam com o nosso apoio, principalmente da nossa Bancada do PMDB, do Deputado Toti Colaço, e do Orlando Pessuti.

O SR. EDSON LINO (Pela Ordem) - É só para registrar a presença entre nós do Prefeito de São João do Ivaí, e Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, Iven Simons.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Devidamente registrado.
PDT.
PSDB.
Com a palavra, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Uso a tribuna, nesta tarde, para retomar, com tristeza, o mesmo alerta que fizemos, Senhor Presidente, na última terça-feira, quando discorriamos sobre a ação da Polícia Militar do Estado do Paraná, sobre o episódio que teve como vítima, José Indalécio Bueno, um ex-pastor, morador, residente daquele município, que tão tragicamente, de forma estúpida, absurda, foi assassinado pelas mãos da Polícia do Estado do Paraná, especialmente do pelotão de Ibiporã, comandado pelo 5º Batalhão de Polícia, sediado em Londrina.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. De nada valeu o alerta que fizemos aqui e a denúncia que foi trazida com relação à grave situação daquele incidente em Ibiporã. No decorrer da semana, a imprensa toda fez cobertura do episódio, narrou com riqueza de detalhes o ocorrido, tanto a falada, a escrita e a televisada, solicitando, todas elas, que a Polícia Militar, que o Comando do 5º Batalhão, que o Comando Superior da Polícia tomasse uma atitude, no sentido de manter preso, retido, aquele que era acusado como pivô de todo o envolvimento, e na morte de Indalécio Bueno. E nada aconteceu... não foi tomada uma atitude, a não ser a retirada das ruas destes policiais, tão somente!

Um homem de 36 anos, com endereço, com profissão, com vida pública, no Município de Ibiporã, foi assassinado, e nem sequer a polícia, o comando, o 5º Batalhão, e por que não dizer a própria Secretaria de Segurança fez com que retirasse este homem, este cidadão, este policial militar das ruas.

No decorrer da terça-feira em que fiz o pronunciamento, até sexta-feira, este policial continuou no seu período de folga, a ir aos bares, a beber, a andar armado, a transitar, fazendo escárnio à população. Evidentemente, com a cobertura, com a divulgação do fato, da violência e da truculência, os ânimos foram se acirrando, o instinto e o sentimento

de impunidade que a população de Ibiporã, e até por que não dizer, da região, estava a contemplar, na figura do comandante pusilânime, que não teve firmeza de comando para trazer este homem para o quartel e mantê-lo, as 24 horas, dentro do quartel.

Recebi uma ligação, aqui em Curitiba ainda, dizendo que o caldeirão estava quente, que tudo que encaminhava para o ato de protesto, domingo, não era bom encaminhamento, que deveria acabar acontecendo coisas piores.

Na sexta-feira cheguei a Ibiporã, tomei pé da situação, me informei, busquei primeiro a Polícia Rodoviária, na companhia, você conhece, Tavares, o Capitão Rigoni, José Rigoni. Porque o fato iniciou-se dentro das dependências do pelotão da Polícia Rodoviária de Ibiporã, procurei-o para verificar o envolvimento da Polícia Rodoviária local. dele, obtive que nada, a não ser o empréstimo do telefone, e que um cabo de nome Tomé ajudou no momento de algemar a vítima.

Dirigi-me ao 5º Batalhão de Polícia, para a entrevista com o Tenente Coronel Marino Ari Murilo - um homem até simpático, educado - e lá levei a ele a preocupação, não minha, mas na sociedade Ibiporanense, que poderia, com certeza, vir a acontecer algo muito mais grave do que foi o assassinato do Senhor Indalécio Bueno. E ele disse que já tinha recebido informações, e que a imprensa toda havia batido na questão a semana inteira, e que inclusive uma Vereadora da Câmara de Londrina havia lhe "pedido a cabeça", em função do crime.

Mas, com certeza, Deputado Tavares, não foi pelo crime, Deputado Alborghetti, que foi "pedido a cabeça" do Tenente Coronel Mariano A. Murilo, foi pela inoperância do seu comando, porque não se pode assassinar um cidadão e ficar sem a resposta do comando, sequer para recolher o policial. E foi por isso, com certeza, que a Vereadora solicitou a destituição do Tenente Coronel, do comando. E ele me disse, na oportunidade, que ele era coronel em qualquer lugar. E daí já havia o desinteresse, de efetivamente, com postura da comandante, fazer a remoção para dentro do quartel, do Sargento Levi. E eu, na oportunidade, disse: "comandante, o Senhor não é culpado pela morte, mas será responsabilizado por tudo o que acontecer daqui até o evento do processo, porque foi por

falta de definição, de posicionamento, que com certeza, poderá vir a ocorrer algo".

E se não fosse, Senhor Presidente, um ato que inicialmente começou tranquilo, para quem não conhece o posto rodoviário da BR-369, fica dentro do perímetro urbano de Ibiporã, na entrada entre Londrina e Ibiporã, o movimento da sociedade organizada, pacífica e ordeira, começou na praça, e dirigiu-se pelos dois mil metros que demandam até o posto rodoviário. Lá foram feitos os pronunciamentos, nenhum político se valeu daquele palanque, especialmente este Deputado. Foram feitos pronunciamentos religiosos e pela família.

Após o encerramento, em função de uma definição, de uma determinação, segundo o que constava até aquele momento, do comando, o posto não tinha um militar. Os que estavam lá, estavam a paisana, porque diziam que não queriam confronto.

Após esse encerramento, uns vinte minutos depois, começou a depredação instrumentalizada por pessoas alheias ao protesto pacífico, ordeiro, e alguns, nem todos de Ibiporã, fizeram com que menores iniciassem a depredação. E aí, não houve controle, porque lá não existia nenhum vestígio da Segurança Pública do Estado do Paraná, e era um prédio público que estava sendo depredado. E depois do fato iniciado, o combustível ser jogado, da insatisfação, da falta de punição e também da omissão, foi fácil delinear o que aconteceria naquele domingo em Ibiporã. Menores, inicialmente atearam fogo, e não tinha mais do que trinta, numa multidão de dois mil expectadores. Atearam fogo, queimaram tudo, inclusive documentação, e a polícia também não compareceu.

Liguei na Secretaria de Segurança Pública, o telefone não atendia; liguei para o Delegado Leonil no número 322-2000, não atendia. Liguei, fui ao Comando do Pelotão do Corpo de Bombeiros de Ibiporã e falei com o Tenente Bruno, e ele disse que tinha autorização superior para não intervir no episódio. E lá estava queimando um prédio público, com riscos à indústria perto e a casa de moradia.

Liguei para o Major "calça-curta", Comandante de plantão do Corpo de Bombeiros de Londrina e ele prontamente veio a Ibiporã e disse: "preciso de uma ordem superior,

Deputado. Se não tiver uma ordem superior, não posso entrar, e o Pelotão está à disposição". E até porque o Corpo de Bombeiros é extremamente respeitado pela população e com certeza não teria problema para ir lá realizar o seu trabalho.

Liguei para o 5º Batalhão novamente, encontrei um tenente que estava respondendo pelo 5º Batalhão. Ele afirmou: não posso mandar viaturas, porque preciso atender Londrina. E eu disse: mas qual é a prioridade, tenente? Se hoje é um prédio que pega fogo, está queimando em Ibiporã, e é sede de um Pelotão da Polícia Rodoviária. E ele disse: "mas tenho coisas aqui!". E quais são as suas prioridades? Se pegar um doente na rua? Aí mandei o tenente buscar outro lugar para que ele fosse comandar.

Mas, logo em seguida, chega a resposta do Comandante Tenente Coronel Ari Murilo, estava chegando em Ibiporã e me dirigi para o batalhão. Nessas alturas, não tinha mais o que apagar no Pelotão de Polícia Rodoviária. Mas temíamos, já por volta das 2 horas, que o problema se estenderia pela cidade. Lá no Comando do Pelotão da Polícia Militar, aonde se encontrava o Capitão Pacheco, o Tenente Serra e os oficiais do Comando, ouvimos um serviço de informação da polícia, que estava entre a população, dizer: eles virão para queimar a Delegacia de Polícia!

Penhoramos, eu e o Prefeito Antonio Nadir, para que o Comandante encaminhasse à Delegacia de Polícia, a segurança que se fizesse necessária. Em seguida, entra o delegado, aí então o Simplício (?), quase que em suplicio, pedindo a ele que também fosse fazer a guarda da Delegacia de Polícia local, porque lá tinha 17 presos, e que do jeito que aconteceu no Posto Rodoviário lá em cima, poderia acontecer na Delegacia de Polícia.

E o Comandante não teve definição, não teve coragem, não teve comando para defender um prédio público que estava para ser invadido. Ficou inerte, esperando que a turma tomasse conta e queimasse a Delegacia de Polícia de Ibiporã.

Estes são os fatos que trago, porque um Governo, uma Secretaria, o Estado não pode ser prisioneiro de uma situação como esta. Há que se ter uma segurança que proteja o cidadão. Já fizeram o primeiro crime quando desrespeitaram a vida do cidadão

ibiporanense, e cometeram um segundo desrespeito em Ibiporã, quando permitiram e abandonaram a cidade a própria sorte, sem ter uma polícia que a defendesse.

Foi um dia de cão vivido das 09:30 até as 22:00 horas. Quando então o Comandante ligou para a minha casa e disse que tinha controlado a situação. Mas aí, o estrago já estava feito. Não só queimaram o Posto Rodoviário, mas queimaram todos os carros e os equipamentos que se encontravam no pátio da Polícia Rodoviária.

Com certeza, como já anunciou a própria imprensa os valores, e o prejuízo atinge a mais de um milhão de reais, tudo porque não tinha um Comandante, tudo porque quem tinha que responder com energia e autoridade, se furtou a ação que devia exercer.

Recebemos, na data de ontem, o Secretário Cândido Martins de Oliveira, com o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Lara, e lá expusemos a narrativa, desde o início dos fatos.

Por mais embriagado, por menos condições de lucidez que tenha uma pessoa, não tem a polícia o direito de lhe tirar a vida, só e tão somente porque ele estava embriagado. Se quando se embebeda fica violento, a polícia tem que estar preparada para atuar nestas condições, ela recebe treinamento específico, recebe instrução adequada para reagir a estas situações, se não tiver, não terá condições.

Em Ibiporã, pasmem Senhores, e o 5º Batalhão, para enfrentar uma situação de motim, a polícia não estava equipada sequer com megafone. Essa situação o Secretário de Segurança, com o Comandante Lara, constatarem na manhã de ontem. Nós, a nossa região, o 2º Batalhão mais importante, que com certeza, o mais complexo dentro da nossa Polícia Militar, com certeza precisará de um outro Comandante. Precisar de um Comandante que efetivamente exercite a sua ação, porque senão estaremos a mercê de fatos como estes que poderão vir a ocorrer, como poderão ocorrer em qualquer outra cidade.

Espero que o Comandante Lara, se não quiser, juntamente com o Secretário de Segurança, assumir a responsabilidade, a co-responsabilidade do episódio, faça com que o Comandante Murilo, que pessoalmente é uma pessoa extremamente gentil, mas que para o Comando não é pessoa talhada. Espero uma pronta ação

Curitiba, terça, em 18.03.97

da Secretaria de Segurança e do Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, no sentido de não só restabelecer a ordem, não só de punir aqueles que depredaram, aqueles que pilharam, como aqueles que também possam estar envolvidos e ser cúmplices do assassinato do Pastor.

Agradeço, Senhor Presidente, e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, o ilustre Deputado Sérgio Spada, pela Liderança do PL, cedida pelo ilustre Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente, os meus agradecimentos ao Deputado Horácio Rodrigues, por ceder o espaço da Liderança do PL.

Um dos problemas que existe efetivamente, aqui no Estado do Paraná, que foram levantados por esta Casa, no passado recente, através da CPI que aprovou a exploração da prostituição infantil em Foz do Iguaçu, em Paranaguá e outros municípios do Estado, teve efetivamente resultados concretos. Não foi mera coincidência que movimento igual aquele se desencadeou no Nordeste do Brasil e chamou a atenção da grande imprensa, das autoridades, a nível de Estado e a nível nacional, para este grande problema que existe, mas que muitas vezes a sociedade prefere não ver.

A CPI requerida por nós, presidida pelo Deputado Irineu Colombo, relatada pelo Deputado Durval Amaral, composta por outros integrantes desta Casa, realmente foi a fundo e constatou uma série de gravíssimos problemas no Estado do Paraná, mas particularmente e especialmente na Cidade de Foz do Iguaçu.

O Governo do Estado, através da primeira dama, Secretária da Criança, Sra. Fani Lerner, tomou uma série de medidas concretas, objetivas, para coibir os abusos nessa área, e lá em Foz do Iguaçu foi criado um núcleo da Secretaria da Criança, e está em pleno funcionamento.

O Governo do Estado chamou a atenção da Secretaria da Justiça, da Secretaria da Segurança Pública, que tomaram medidas concretas no sentido de coibir os abusos.

O Ministério Público se preocupou com a questão, e tomou as suas providências, e diria que alguma coisa de concreto e algum saldo positivo efetivamente aconteceu. Mas o problema persiste, o problema existe e não vai acabar de uma hora para outra, e em boa hora a EMBRATUR, com apoio de diversas entidades ligadas ao setor de turismo e hotelaria, onde a ABAVE, a B.I.H., com apoio explícito do próprio Presidente da República, lançou a campanha em cadeia nacional para acabar com isso, que é uma vergonha para o Brasil, no exterior.

O turismo sexual, para muita gente pode parecer uma piada de mau gosto, mas vende-se pacotes de turismo no exterior, tendo como principal atrativo, a mulher brasileira. Pior do que isso, a exploração para a prática de atos sexuais de menores de 8, 10, 12 anos. É um vexame internacional o que acontece no Brasil, e isso, para alguém que acredita que pode trazer algumas divisas, alguns recursos para o Brasil, não traz recurso nenhum. Pelo contrário, esses que praticam esse tipo de turismo, praticando o turismo, não são nada mais, nada menos, do que verdadeiros marginais, mercenários. Pior, sustentam uma rede muito bem montada de cafetões, de exploradores de sexo, exploradores com venda de droga, de armamento e verdadeiras máquinas que estão atrás desse tipo de atividade comercial.

Pois bem, já que algo de concreto está sendo feito aqui no Estado do Paraná e também a nível nacional, com essa campanha que hoje está sendo veiculada nos grandes meios de comunicação para a televisão e por aí afora, nós aqui no Paraná queremos mostrar para o Paraná, para o Brasil e para o mundo, que de concreto estamos fazendo alguma coisa. É exatamente nesse sentido, Deputada Irondi, que no próximo sábado, às 10 horas da manhã, estaremos lançando um grande movimento na Cidade de Foz do Iguaçu, para divulgar e propagar essa campanha que tem um bem montado e confeccionado material para coibir esse tipo de abuso.

No próximo sábado, no fórum de Foz do Iguaçu, sob o patrocínio do centro dos Direitos Humanos, da OAB, das Pastorais, de todos os movimentos ligados à defesa da cidadania e da juventude, estaremos lançando esse movimento em Foz do Iguaçu, com a presença, já confirmada da Diretora de Marketing da EMBRATUR, com a presença da Secretária da Criança, Sra. Fani

Lerner, e de mais três Secretários de Estado: Da Segurança, Esportes e Turismo.

Esperamos, desta forma, mostrar o que estamos efetivamente fazendo, e cada vez mais, alertar a população para que de uma forma ou de outra, colabore com essa campanha, e inclusive tem um telefone franqueado para quem queira fazer denúncia a respeito dessa prática de crime que está ocorrendo em Foz do Iguaçu, no Paraná, e em todo o Brasil.

Para este evento, estou convocando, logicamente, a imprensa, mas também e em especial, todos os companheiros Parlamentares da nossa Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Com a palavra, o Deputado José Tavares, inscrito no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

Ouvi atentamente as palavras do Deputado José Maria Ferreira, meu colega, companheiro, homem público da melhor qualidade a quem tive a honra de representar quando ele era prefeito de Ibiporã na Câmara dos Deputados, com seu Deputado Federal, e pude avaliar o seu sofrimento, Deputado José Maria, pude avaliar o sofrimento do povo de Ibiporã nesse lamentável episódio ocorrido neste fim de semana. E de tudo que aconteceu, baseado na minha experiência, que não é pequena, modéstia à parte, nesta área de segurança pública, a síntese que faço de tudo, é curta e grossa.

A Polícia Militar do Paraná, sediada em Londrina, com jurisdição em Ibiporã, agiu, duas vezes, erradamente. A primeira por ação, quando assassinou um cidadão sob o pretexto de que ele estava embriagado. Não é possível usar esse tipo de justificativa para encontrar uma explicação para o assassinato, por parte de um agente do Poder Público, que ganha, bem ou mal, para nos proteger. Errou a polícia em agir desta maneira. E o segundo erro foi por omissão, quando imediatamente após este bárbaro assassinato, injustificável assassinato, o Comando da Polícia tinha que, exemplarmente, recolher o policial ou os policiais responsáveis por este homicídio, e anunciar à população como forma de satisfação à sociedade, as medidas enérgicas, legais, que a Secretaria de

Segurança Pública, através do Comando da Polícia Militar estava tomando para apurar, com rigor, os fatos que levaram a este triste episódio que culminou com a morte de uma pessoa.

Agindo por ação ou por omissão, a Polícia Militar do Paraná é a grande responsável por estes episódios lamentáveis, tristes, negros que o Brasil inteiro assistiu em rede nacional de televisão neste último final de semana. A Polícia Militar do Paraná nos deve uma resposta, aos cidadãos paranaenses e, sobretudo, à querida, pacata e ordeira Cidade de Ibiaporã.

O segundo motivo que me traz aqui, é para, em nome da Bancada do PMDB, delegado que fui pelo meu líder, Deputado Orlando Pessuti, para nos solidarizarmos com os professores, funcionários das universidades estaduais que estão aqui em frente à Assembléia e o Palácio Iguazu, numa vigília, vigília cívica, por melhorias de condições de trabalho, por melhorias salariais, justíssimas, cujo movimento tem o nosso apoio e a nossa solidariedade.

Não é possível que tenhamos nas nossas universidades, e falo como alguém que cursou a Universidade de Londrina, bacharelando-me em Direito em 73, e que, portanto, conheço profundamente o valor, a importância da nossa querida Universidade de Londrina.

Não é possível que um professor com doutorado, nobres colegas - gostaria de pedir a atenção de Vossas Excelências para isso - não é possível que um professor, Deputado Zuk, Vossa Excelência que representa Ponta Grossa, e lá também tem o mesmo problema, não é possível que um professor, doutor, Deputado Péricles, Vossa Excelência que é de Ponta Grossa e é professor, é docente da Universidade daquela cidade, possa ganhar pouco mais de R\$ 100,00 numa Universidade Estadual do nosso Estado. Isso é o fim do mundo, é um absurdo, é no mínimo uma indiferença contra a qual temos que nos insurgir.

Então, quero, em nome da Bancada do PMDB, me solidarizar com esse movimento, dizer que estamos solidários a ele, podem contar com a nossa bancada, para essas justas e legítimas reivindicações.

O plano de cargos e salários, por exemplo, é algo que já estamos aguardando já há algum tempo. Estamos ansiosos por ver esse plano aqui na Casa, para podermos então analisá-lo e

dar o nosso voto favorável, de tal sorte que com ele possamos ter a certeza de que os problemas salariais e funcionais das nossas universidades estejam resolvidos.

Quero, portanto, fazer um apelo ao grande líder Valdir Rossoni, Deputado Líder do Governo nesta Casa, para que sensibilize o Governo do Estado, nobre Deputado Valdir Rossoni, no sentido de que, se for possível, receba a comissão que veio das cidades aonde funcionam as nossas universidades estaduais, para conversar com os professores e funcionários dessas universidades. Se possível ainda hoje. Se não hoje, amanhã. E também que envie a esta Casa, o mais rápido possível, o plano de cargos e salários para poder então, com isso, corrigir uma série de distorções, que servem mais para desestimular os docentes e funcionários, e conseqüentemente diminuir a qualidade de ensino a ser oferecida a nossa população estudantil do nosso Estado.

Portanto, Excelência, ao conceder o aparte a Vossa Excelência, quero reafirmar este apelo. Vossa Excelência, que tem sido compreensivo, que tem dado aqui demonstração de boa vontade, sobretudo para com a oposição em determinados momentos, que interceda junto ao Governo do Estado, para que receba uma comissão de professores e servidores das universidades, e também que anuncie o mais rapidamente possível o envio de planos de cargos e salários para esta Casa, para que possamos aprová-lo.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Tavares, já temos uma posição do Governo quanto a questão desse projeto.

O Secretário Giovani Gionedis, que é o homem que fala pelo Governo Jaime Lerner nessas questões, reafirmou que esse projeto estará aqui até sexta-feira, para que, a partir da próxima semana, possa ser discutido nesta Casa. Essa é a posição oficial do governo e a palavra do Líder do Governo, que quero colocar para Vossa Excelência, e para vossa tranqüilidade.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e agradeço a informação que traz. Evidentemente isso nos alegra, porque quem fala é o Líder do Governo nesta Casa, e sei que

Vossa Excelência está falando isso porque tem as informações necessárias para fazer tal afirmação.

Então, com isso, acho que a Casa estará preparada e apta a esta mensagem, e aqui, com certeza, todos haveremos de dar a esta mensagem, o tratamento célere que ela necessita, e conseqüentemente então, possamos ver a partir dos próximos dias, uma lei que implante no Estado, um plano de cargos e salários, corrigindo distorções históricas no meio das nossas universidades, prejudicando sensivelmente a qualidade de ensino e fazendo e cometendo uma grande injustiça contra docentes e funcionários dessas instituições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra, na última Liderança, além da Liderança do Governo, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Líder do PTB.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Ontem, não entendo o que acontece neste País.

Primeiro, eu conversava com o Deputado Renato Adur, com o Deputado Zucchi, com o Deputado Toti Colaço. Temos que defender o Banco do Estado do Paraná como instituição que é. O Banco do Estado do Paraná é hoje o banco estadual de maior credibilidade no Brasil, porque tem o aval de um governo sério, que é o governo Jaime Lerner, e tem na Presidência um homem sério - até que me provem o contrário - que é o Presidente Domingos Furta.

Agora, se houver diretores dentro desta instituição, que sempre foi zelada pelos governos anteriores, pelo Governo Álvaro Dias, pelo Governo Richa, pelo Governo Roberto Requião, tenho certeza que o Governador Jaime Lerner também vai zelar pelo BANESTADO, porque o BANESTADO não é casa de moleque, e não podemos admitir molecagem.

Se houver dentro deste Banco determinadas pessoas que rasgaram o BANESTADO, o lugar deles é na penitenciária. Mas, devemos preservar a instituição, não podemos permitir que sujem o Banco do Estado do Paraná, que é hoje o Banco de maior credibilidade junto ao Banco do Estado - de outros, diria - do Ceará que é hoje um dos Bancos também de maior credibilidade da nação brasileira.

Agora, pasmem os Senhores, vejo ontem, ao assistir a TV Educativa, através da TV Cultura, assisti o

Senador Roberto Requião - aonde digo, Deputado Toti Colaço, tenho assim algumas divergências políticas até com o Senador Roberto Requião - mas ontem, o Senador Roberto Requião demonstrou caráter, dignidade, respeito com a CPI dos Precatórios. Tenho sim as minhas divergências, não concordo com umas atitudes que ele tem para com o meu governo, para com o meu Estado, não concordo. Não concordo! Mas, por outro lado, achei o debate da TV Cultura, ontem, que o Senhor Roberto Requião se portou com decência e vai até o fim para descobrir essa quadrilha de canalhas, de vagabundos que assaltaram os precatórios em todo o País.

Dizia o Senador Roberto Requião, a semana passada no SBT, na Rede Globo, na Rede Record, na Rede Bandeirantes, na Rede Cultura, na CNT, nos seus jornais, que o Prefeito Pita não estaria, praticamente, envolvido com os precatórios. Mas ontem, a casa caiu por terra! O Banco Votoruporã financiou algumas viagens para a esposa do Senhor Pita, e o Banco Votoruporã, Deputado Irineu Colombo, é o grande mestre do roubo dos precatórios no Brasil.

Então, fico pensando cá comigo, Deputado Irineu Colombo, a situação, vieram aqui nesta tribuna, alguns representantes da minha região, clamando pela mensagem do Quadro de Carreira, pela mensagem da autonomia que o Deputado Zuk, brilhantemente, um Deputado de caráter, que esteve na minha Cidade de Londrina, onde nasceram os meus filhos e os meus netos, e lá disse: "sou de Ponta Grossa, não vim aqui para pedir voto". Estavam lá no ginásio de esportes mais de 4.000 funcionários das universidades, e lá dizia ele que eu e o Deputado Tavares estávamos aqui lutando pelas universidades públicas e estaduais do Paraná.

Gostei da sua decência, do seu caráter. E realmente, eu e o Deputado Tavares aqui estamos para defender não os interesses maiores, os interesses menores que atinjam o povo e a família do meu Estado. Só não posso entender que se dê aí o escândalo dos precatórios, e vejo aí o funcionalismo não ter dinheiro para pagar a energia elétrica ou a conta da SANEPAR, a saúde do País afundando, a habitação, Deputado Tavares, a educação, porque a educação não é só colocar carteiras na sala de aula, não é só construir escolas. Temos que reestruturar a cabeça dos nossos mestres, da professora que é a segunda mãe dos

nossos filhos, do professor que é o segundo pai dos nossos filhos, além de reestruturar, pagá-los bem, e queria dizer a Vossa Excelência, Deputado Tavares, que hoje a tarde liguei ao Gabinete do Deputado Zuk com esta manifestação. Perdoe-me não ter ligado a Vossa Excelência. Devia. Não o fiz, devido aos meus afazeres. Virá aqui, amanhã, a Mensagem do Quadro de Carreiras.

Sai da televisão, vim ao gabinete do Deputado Zuk, que tinha chegado de Ponta Grossa. Ele ligou na minha frente, que ele participou do encontro em Londrina. Falei que você tem a responsabilidade, você foi à Londrina, falou, deu a cara a bater, disse: a tua cara é limpa, Zuk, e quero saber a verdade.

O Deputado Zuk ligou, atravessamos este trajeto, fomos ao Palácio, e realmente virá a Mensagem do Quadro de Carreiras a esta Casa, e logo em seguida, não vou dizer que virá amanhã, mas a autonomia também virá para que possamos debater em prol das universidades públicas e estaduais do Paraná.

Mas, estou magoado, Deputado Irineu Colombo, agora entendo as vezes as divagações que Vossa Excelência faz nesta tribuna. Sabe, Deputado Irineu, vejo a saúde afundando, o Hospital de Clínicas fechado, o Hospital Universitário de Londrina, que atende o Brasil inteiro, numa situação de calamidade. Funcionários da Universidade de Londrina que não têm dinheiro para pagar a luz, que às vezes não têm dinheiro para pagar a SANEPAR, que às vezes me procuram e os atendo, porque afinal de contas são eles que pagam o meu salário, vejo a educação, vejo a habitação, vejo milhares de pessoas não tendo teto aonde morar.

Pasme, Deputado Irineu, roubaram 600 milhões de dólares em títulos precatórios, e até agora não descobriram, não conseguiram descobrir quem é o chefe da quadrilha. Quem está lá, são os laranjas. Tem que ter um chefe. E parece-me que todo este dinheiro foi para financiar campanhas políticas em vários Estados brasileiros. Que vergonha! Que vergonha! É muito dinheiro!

Com este dinheiro, como diz o Deputado Tavares, daria para aumentar o salário dos nossos funcionários públicos, daria para construir mais casas populares, para pagar os funcionários da nossa Casa aqui, que ganham salário de fome, melhorar a

situação das taquigrafas, melhorar a situação dos funcionários da Mesa Diretora, melhorar os salários dos contínuos, essas zeladoras que estão limpando os corredores onde pisamos com nossos sapatos, melhorar as favelas, os hospitais... o que poderíamos fazer com este dinheiro, Deputado Péricles.

Depois dizem que nós Deputados ganhamos demais, que nós somos os assassinos, somos os violentadores, Deputado, aí, sai Satanás. E esses que roubaram? Recebo o que é de direito. Quem me paga é o povo. Não devo para vagabundo nenhum neste Estado e neste País. O dinheiro é meu, e o que é meu, eu quero. Se está dentro da Constituição, me paguem, porque senão entro na Justiça para receber, porque aqui eu moro, aqui trabalho, sou um cigano, não paro em Londrina, não paro em Curitiba, não paro em lugar nenhum. Deputado é escravo do povo.

Agora, os homens roubaram 600 milhões! Tem um cara lá que está com uma ilha e meia de doleta, num diabo de Banco que não sei falar inglês, sei mal falar o português, o cara está com um milhão e meio de dólares num diabo de Banco, numa ilha, sei lá onde aí, e o meu gabinete está lotado de gente me esperando, um quer dentadura, outro quer tratar dos dentes, outro precisa de calcinha, outro precisa de soutien, outro que está com a unha encravada, outro que saiu da penitenciária, não tem identidade, é o diabo, tem Satanás, tem gramunhão, está cheio aquele gabinete, e se você não dá é perigoso você apanhar no corredor. É, me desminta. Se você não der esse apoio aí, porque eles acham que você ganha uma fortuna, é incalculável, é uma monstruosidade, dá para resolver tudo.

Não sou Governador, não sou Ministro, sou Deputado, pézinho de chinelo, estou cumprindo com o meu mandato, estou fazendo o que posso, não posso salvar o mundo.

Minha mulher me disse ontem: "pára, chega, você não pode salvar o mundo!". Mas não adianta, daqui há pouco eu vou para lá e está lotado, está lotado. Recebi o diabo da assistência social agora, é meu, não tenho que dar satisfação para ninguém, está embrulhado aqui, e já mandei trocar tudo, e vamos lá, cinquenta para um, cinquenta para outro, é meu, pombas, faço o que quero. E os caras roubaram 600 milhões, seu Carlos Simões, 600 milhões foram roubados. E a mulher do Pita está na folha de

pagamento do Banco Votor. Tem um funcionário da Prefeitura de São Paulo que está na folha de pagamento dos homens, ele ia passear toda semana em Santa Catarina. Sabe quanto custava a viagem do homem, Tavares? Dois mil, trezentos e setenta reais. Malandro, desculpe, mas que diabo, homem!

Outro dia continuamos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, gostaria, depois de ouvir atentamente o brilhante pronunciamento do Deputado Alborghetti, de registrar, pedir que Vossa Excelência determine o registro, a presença do Prefeito de Roncador, nosso companheiro amigo Doutor Odilon Andrioli Gonçalves, que nos visita nesta tarde. Gostaria que Vossa Excelência registrasse nos Anais desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Perfeitamente anotado e associada pela Mesa Executiva.

Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor

Presidente, Senhores Deputados.

Venho, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, trazer nossa solidariedade aos professores e funcionários das instituições de ensino superior, que com muita justiça estão hoje em frente ao Palácio Iguaçu pedindo aquilo que é o mínimo que lhe é direito.

Na condição de Presidente da Comissão de Educação desta Casa, pude acompanhar durante mais de dez anos as dificuldades, a crise profunda por que passa a universidade paranaense. E, infelizmente, por mais que tentássemos e realizássemos vários seminários desde 1995, em Ponta Grossa, para discutir essa grave situação do ensino superior, para discutir a ciência e tecnologia, a situação dos funcionários e professores, nada foi feito. O Governo Lerner até agora não disse a que veio, no que diz respeito às universidades. Promessas apenas é o que existe, e nem uma solução concreta.

Um dos exemplos mais claros da política do governo com relação ao ensino superior está relacionado também à ciência e tecnologia. Chegamos a constituir um fórum de defesa da ciência e tecnologia no Paraná, e infelizmente, há mais de um ano, está nesta Casa um projeto para

ser votado, e até hoje não foi votado, por influência do governo, do Poder Executivo.

Desde o projeto inicial do Deputado Orlando Pessuti, a Comissão de Educação realizou vários seminários, chamou para conversar professores, pesquisadores, cientistas ligados não apenas à universidade paranaense, mas ao IAPAR, a FIEP, a OCEPAR, e todos foram unânimes em dizer da importância que o artigo 205 da Constituição do Estado fosse regulamentado, e que o Governo repassasse os 2% constitucionais à ciência e tecnologia e pesquisa básica.

Entramos com um projeto democraticamente elaborado, esse projeto não foi bem visto pelo Governo, o próprio Governo do Estado mandou um substitutivo e esse mesmo substitutivo do Governo não foi votado, a Mesa da Casa está segurando este projeto por pressão do Executivo e da Liderança do Governo nesta Casa.

Então, queremos fazer um apelo, já está no fim do Governo Lerner e ele precisa dizer a que veio, qual a sua política para o ensino superior, qual a sua política para a ciência e tecnologia.

Fazemos um apelo à Liderança do Governo, à Mesa desta Casa, para que possamos votar ainda nesse semestre o projeto que regulamenta o artigo 205 da Constituição do Estado.

No que diz respeito ao Plano de Carreira, estivemos em dezembro de 95, se não me engano, no Palácio Castelo Branco assistindo uma solenidade pública de entrega de uma comissão de alto nível de um projeto de plano de carreira para os funcionários e estudantes aos Secretários de Estado, e até hoje esse projeto não veio para a Assembléia. Esperamos que venha esta semana, então, como diz o Líder do Governo, porque esse projeto vai merecer uma discussão aprofundada por parte do Poder Legislativo. São questões complexas, que dizem respeito não apenas à carreira dos funcionários e professores, mas também ao salário que está arrochado, como disse o professor que me antecedia, funcionários ganhando R\$ 140,00 por mês, um doutor que estudou a vida inteira, durante mais de vinte anos, ganhando R\$ 1.200,00, R\$ 1.500,00 por mês, para trabalhar 40 horas, numa instituição de ensino superior.

Essa pauta de política para o ensino superior, significa decretar a morte da inteligência paranaense.

Lembro-me, que nas reuniões que fazíamos com cientistas e técnicos de várias entidades, eles colocavam a importância da ciência e tecnologia, no momento da globalização, no momento que o Paraná quer ser um Estado moderno, um Estado de acordo com as diretrizes da globalização do capital, que a agricultura paranaense tinha prejuízos, porque não desenvolveu uma tecnologia alternativa, uma tecnologia própria, através do IAPAR e de outras entidades como OCEPAR, e outras entidades de ensino superior.

Então, rogamos desta tribuna, fazemos um apelo, além de nos solidarizar com os professores, funcionários e estudantes das instituições de ensino superior, um apelo ao Governo do Estado, para que, finalmente, decida uma política para o ensino superior deste Estado.

Remetendo a esta Casa, não apenas para o plano de carreira e para os seus funcionários, mas também o projeto de autonomia das universidades, que precisa ser discutido com muita profundidade, que envolve uma série de questões, não apenas o percentual do Orçamento Público que vai ser repassado para as universidades, mas também a democracia das instituições, o método democrático a ser instrumentado para chegar ao estatuto, e assim por diante.

Achamos que o Governo Lerner deve, com a máxima urgência, remeter esse projeto à Assembléia, para que possamos discutir, repito, com profundidade.

Não bastasse isso, a crise pela qual passa a universidade é mais grave ainda, porque mesmo aquilo que é legal no orçamento, o Governo se recusa a passar, ou passa com atraso.

A Universidade de Ponta Grossa, está aqui o Reitor de Maringá, muitas vezes passou por sérias dificuldades, alguns cursos, não podendo ter solução, de continuidade. Os estudantes tiveram de comprar material de laboratório, e equipamentos para os cursos destas instituições.

Não podemos aceitar que essa política continue, e rogamos ao Governo, à Liderança do Governo, nesta Casa, que, com a máxima urgência, passe para cá a visão que tem da universidade paranaense, o projeto de autonomia e de regulamentação, o plano de carreira e regulamentação do Artigo 205.

Queria fazer um pedido ao Deputado Alborghetti, que me antecedeu. É verdade, Deputado, que

não podemos salvar o mundo, mas podemos, pelo menos, votar a favor de requerimentos, mostrar a transparência deste Governo.

Estamos exigindo na Justiça, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que esse Governo que se diz um Governo que quer transformar o Paraná, seja pelo menos um Governo transparente, que respeite os princípios básicos e elementares da democracia, e do estado de direito, que lutamos mais de 20 anos para conseguir conquistar.

Não se pode falar de amor ao Paraná, em paranismo, se comparam ao Paraná com uma republiqueta da América Central, na medida que princípios básicos da Constituição são desrespeitados neste Plenário, que sistematicamente os Pedidos de Informação da oposição são rejeitados.

Vamos à Justiça, e estamos convidando também a Bancada do PMDB. Vamos entrar com uma ação de constitucionalidade, um artigo da nossa Constituição, que diz que os requerimentos têm que passar por Plenário.

Entendemos que requerimento é um direito de cada cidadão, como diz aqui o artigo 5º da Constituição brasileira. E não podemos aceitar essa forma de impedir a transparência, e que possamos analisar com profundidade o que acontece no Estado do Paraná.

Nesse sentido, é que vimos aqui nesta tribuna, em nome da Bancada do PT, afirmar em alto e bom som, que não vamos participar de nenhuma farsa, se não tivermos informações prévias para poder participar de uma sessão secreta com diretores do BANESTADO, e secretários, para poder interrogá-los, tendo consciência prévia de alguns assuntos.

Esperamos a volta do Deputado Ângelo Vanhoni de Brasília, hoje à noite, e amanhã faremos uma reunião com a Bancada do PT, para decidir se temos as informações mínimas para poder participar de uma Sessão Secreta, para poder entender o que está acontecendo com o BANESTADO e com a BANESTADO Leasing, com as compras dos títulos públicos nesta ligação muito forte, que parece existir no BANESTADO, e os problemas levantados pela CPI dos Precatórios.

Essa é a posição do nosso partido, que vem manifestar neste momento, manifestando mais uma vez a nossa solidariedade aos professores e funcionários da universidade pública paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 93/97-GP, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que cria o Fundo Rotativo no Poder Judiciário, com o objetivo de descentralizar as despesas de manutenção dos Fóruns das Comarcas do interior do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para compor a Comissão do MERCOSUL. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados da bancada para compor as Comissões Permanentes desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados da Bancada, para compor a Comissão Permanente do MERCOSUL. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Péricles Mello, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados da bancada, para integrarem as Comissões Permanentes desta Casa para o biênio 97/98. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de

apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/96, de autoria dos Deputados Albanor Gomes e José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a isentar hospitais universitários das taxas de consumo de energia elétrica e de água, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/96, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacarezinho, uma área com 63.725,66 m², matrícula nº 2.533, origem das transcrições nºs 8.890, fls. 279/280 e 8.891, fls. 80, ambas do Livro 3-1 do Cartório de Registro de Imóvel daquela Comarca. COM PARACERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 11.027, de 29.12.94, nele incluindo o Município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti,

com apoio dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Caíto Quintana, José Tavares e Luiz Accorsi, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 445/96**

O Parágrafo Único do Projeto de Lei nº 445/96, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - ...

Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, AGUDOS DO SUL, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas.

Sala das Sessões, em 18.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Doutor Rosinha, Caíto Quintana, José Tavares e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda, é incluir o Município de Campo Magro a Região Metropolitana.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 48, 78 e 46 do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga, a Erasmo Coutinho Machado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C..
Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 392, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 393, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 394 e 396, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 395, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Em votação.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 397 e 398, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 402, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 404, de autoria do Senhor Deputado Edson Lino, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 409, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 410, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 041, 152, 401 e 419/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 263, 349, 373 e 408/95.

Levanta-se a sessão.